

O QUEBRA-QUILOS E A ECONOMIA NORDESTINA

Armando Souto Maior

Economicamente desgastado o Brasil, desgastara-se também sua casa imperial.

A erosão da monarquia brasileira não passou despercebida a Henri Allizé, diplomata francês, cujo interessantíssimo depoimento sobre o Brasil de 1886, completa a ótica externa de Wenzel de Mareschal de Wash, de Mawe, de Luccock, de Seidler, de Soix e do nosso Koster. Allizé registra, sem intelectualismo, com certa "non chalance", um império cujo monarca era interessado em questões de Estado apenas no que exigiam as trepidações dos partidos. Estes, ficção legal da representação popular, exterioridade vistosa no seu anglicismo parlamentar, não correspondiam mais a realidade do último quartel do século XIX.

O Império mumificou-se na sua capacidade de promover reformas. A calma de seu ocaso é a última etapa da lise de suas instituições. O Quebra-Quilos no Nordeste é uma dimensão da crise que a sua imobilidade não soube ou não pode evitar.

As consequências sociais da concentração fundiária não passaram também despercebidas na época. Um antecessor de Henrique Pereira de Lucena no governo da

Província de Pernambuco, Diogo Velho Cavalcante de Albuquerque, paraibano que a governou em 1871, já constatará o quanto era nefasto o domínio do latifúndio na sua jurisdição, com palavras de permanente atualidade e rara acuidade histórica: "Realmente, há uma parte de nossa população profundamente desmoralizada, perdida até; mas resta uma grande massa, donde pode sair braços úteis. Que garantias, porém, acha esta para seus direitos, que segurança para os serviços que presta, que incentivo para preservar nas boas práticas? A constituição de nossa propriedade territorial enfeudando vastíssimas fazendas nas mãos dos privilegiados da fortuna, só por exceção permite ao pobre a posse e domínio de alguns palmos de terra. Em regra ele é rendeiro, agredado, camarada ou o que quer que seja; e então a sua sorte é quase a de um antigo servo da gleba".²

As variantes históricas e as diversidades geográficas dos acontecimentos de 1874 e 1875 deslocam o Quebra-Quilos desde simples turbas até uma onda de agitação, envolvendo sedições e revoltas que não se limitam apenas a área do queixume de Diogo Velho Cavalcante de Albuquerque e abrangem quase todo o interior do Nordeste. Para sua exata compreensão é necessário um perfil da economia dessa região e parece-nos razoavelmente insuspeito o "Estado Financeiro das Províncias", publicado pela Presidência do Conselho de Ministros, em 1886, síntese estatística das finanças nacionais nos fins do século XIX. Sua leitura esclarece que Pernambuco e Paraíba já tinham um sério "deficit" em 1876 - 1877 e que continuaram a tê-lo. Algumas referências sobre o Nordeste são de impressionante atualidade, malgrado o século que nos separam, como por exemplo, a de que "as províncias de Sergipe, Alagoas, Rio Grande do Norte e Paraíba, lutam mais ou menos, com a crise econômica que as aflige e outras do norte do Império procedente da depreciação dos principais produtos de sua exportação e, em grande parte, da escassez destes; sendo já considerável em relação aos respectivos recursos, as dívidas de Sergipe e Paraíba: mais ainda a desta última, talvez por má gestão dos negócios de sua Fazenda. Tem variedade de indústria, de que tirem recursos, por meio de contribuições directas, aliás já tão exploradas nellas quanto é possível; com lavoura rotineira e limitada e poucos gêneros de exportação, e estes mesmos d'aqueles que encontram formidável concorrência nos mercados de consumo; sem traços nem recursos para se atirarem à exploração de novas indústrias, estas províncias não se podem considerar em via de prosperidade, antes correm o risco de ver agravada a sua situação.

A do Maranhão pelas mesmas causas, está em posição mais precária ainda: talvez porque, sendo Província que já prosperou em tempos não muito remotos, torna-se mais sensível o seu abatimento; tendo somente em seu favor o bom regimen financeiro, com que vai pairando sobre as dificuldades que a cercam".

Referindo-se ao Piauí, diz o "Estado Financeiro das Províncias" que a sua posição era estacionária o que vale dizer que em nada se desenvolvera. As províncias de Pernambuco e Bahia são especialmente destacadas na análise, dizendo Carlos de Figueiredo, seu autor, que "são as que, pela posição importante, que já tiveram entre as mais prósperas do Império, se destacam com maior saliência no quadro das que hoje se debatem com os efeitos da crise econômica" e que "nestas duas Províncias produz abalos mais sensíveis (grifo nosso), por isso mesmo que ellas se tinham afeito à vida dos tempos prósperos. D'ahi resulta que, à medida que exageram os seus impostos a ponto de que, não podendo levar mais longe a sede dos que oprimem as indústrias e a produção local, tiveram de abertamente voltar aos de importação, aliás não permitidos em nosso direito constitucional, a despesa de ambas não rotogadou, antes caminhou desapercibida até elevar ao dobro o deficit orçamentário que tinha em 1876 - 77.

É, portanto, da Bahia para o norte, até ao Maranhão, que se nota a existência da crise econômica que há alguns preocupa o espírito dos que tem em suas mãos os destinos do Estado e ha motivado as indagações a que desde seu começo se tem dedicado o Governo Imperial".²

O ano de 1864 fora um ano crítico para a produção açucareira e o decênio que se seguiu viu o comprometimento de toda a economia nordestina. Pernambuco, em 1876, tivera uma receita de 2.552.318\$851 contra uma despesa de 2.855.420\$883, o que representa um deficit de 303.102\$022. Dez anos depois a receita é mais ou menos a mesma, ou seja 2.575.635\$778, porém o aumento da despesa para 3.762.436\$668 elevava o deficit ao montante de 886.800\$890. Para supri-lo foram emitidas apólices com juros de 7%, solução de emergência de duvidosa eficácia para o saneamento das finanças, porém muito em voga na economia européia da época.

Em 1850, a Província da Paraíba, visivelmente mais pobre do que a de Pernambuco, não podia ainda arcar com a despesa de dois contos de réis para iluminar sua capital, despesa autorizada cautelosamente pela Lei n.º 18, da Assembléa Provincial, que determinava, no seu artigo 11, que o Presidente da Província ficava autorizado "a promover a iluminação da cidade, segundo as circunstâncias do cofre".

Desconsoladamente, Antonio Coelho de Sá e Albuquerque, Presidente da Província, diria no ano seguinte, em relatório dirigido à Assembléa: "Autorizado o Governo da Província pelo art. 11 da Lei Provincial n.º 18, de outubro de 1850, a promover a iluminação desta cidade, segundo as circunstâncias do cofre, mandou o meu último antecessor fabricar na Província de Pernambuco cem lampiões que já se acham prontos. Atendendo a fraqueza do cofre provincial e considerando que o tempo atual não é muito conveniente para a arrematação da iluminação pública, visto que o azeite está caríssimo, adiei essa arrematação para tempo mais oportuno". Um ano depois, em seu relatório de 3 de maio de 1852, repetia com sincero realismo administrativo: "Sinto dizer-vos que ainda se não acha estabelecida a iluminação n'esta cidade, embora por conta dela eu já houvesse dispendido na Província de Pernambuco a quantia de 2.160\$rs. na compra e condução de cem lampiões. Mais de uma vez hei mandado proceder a arrematação desse ramo de serviço e nenhum licitante tem aparecido. Credo que a base era baixa, mandei elevá-la e este arbitrio foi improfitoso para fazer a iluminação por administração. Será último recurso, que já não tenho adotado, porque sinceramente vos digo, que não sou amigo de administração por conta dos cofres públicos". 3

Paralelamente à pobreza nordestina emerge na administração o velho e repetido erro de centralização asfixiante. A tutela exercida pelo governo imperial atingia até a atividade intelectual. A propósito, conta Clóvis Beviláqua que no curso anexo a uma de nossas mais antigas Faculdades de Direito, o compêndio adotado era do Barbe. O professor de cadeira, no entanto, traduzira a obra de Charma e a adotara como texto didático. Ao saber disso, o Ministro do Império, Souza Ramos "chamou a contas o diretor da Faculdade e exigiu uma explicação dessa grave irregularidade". O detalhe em si é relativamente de pouca importância, como também o são os lampiões encomendados pelo governo provincial da Paraíba, porém indica um quadro administrativo e econômico extremamente esclerosado e frágil.

Em carta dirigida a Neto Campello, seu biógrafo e contemporâneo, o próprio Luceña acentuava que a situação da Província de Pernambuco, em 1872, era extremamente difícil dizendo textualmente: "Quando assumi o governo de Pernambuco em novembro de 1872, a situação financeira da província era deplorável e meu antecessor, desembargador Farias Lemos, no relatório com que passou a administração, e na fala com que abriu a Assembléa Provincial, propunha até desconto nos vencimentos dos empregados públicos para conjurar as dificuldades. Além da dívida fundada, constituída por apólices de juros de 7%, devia-se ao Banco do Brasil a importante somma de 1.800.000\$000 vencendo o juro de 8% e pagável em prazo curto, estando já vencidas duas prestações". 4

Devia muito o governo. Estavam por pagar as obras da atual Praça da República e a construção do prédio da Assembléa Provincial.

Pernambuco dispunha apenas de uma receita orçamentária pequena e mal arrecadada, que oscilava entre 1.800:000\$000 a 2.000:000\$00, porque os impostos, embora excessivos, eram arrematados por influências políticas, as mesmas que obtinham posteriormente na Assembléia Legislativa perdão ou abatimento de quantias financeiramente expressivas para uma província em decadência.

Realmente foram saneadoras as medidas tomadas por Lucena para restaurar as finanças de sua província. Contra a resistência de amigos e adversários e até do próprio Inspetor do Tesouro Municipal e do Procurador Fiscal, criou coletorias em todos os municípios. Se por um lado a criação de coletorias racionalizava a exação, facilitando o fisco, por outro, antepunha aos olhos da inculta população sertaneja a máquina governamental num dos seus aspectos mais odiados. Daí o ataque às coletorias ter sido sempre uma tônica nas violências cometidas pelos quebra-quilos em suas repetidas investidas no interior pernambucano.

Em 1875, Henrique Augusto Milet, iniciava, nas páginas do "Jornal do Recife", uma série de artigos que, mais tarde, constituiram o hoje raro e precioso opúsculo "Os Quebra-quilos e a Crise da Lavoura" 5, editado no ano seguinte, obra fundamental para a análise, não somente do Quebra-quilos como também das dificuldades e problemas então enfrentados pelos agricultores nordestinos no ocaso do Império.

É extraordinariamente lúcida a visão de Milet em torno dos problemas da terra que adotou, como se ali houvera nascido. Falando nas peculiares circunstâncias do que ele chamava de nossa "officina social" assinala que, a partir de 1817, os meios de produção do Nordeste viviam o regime de crise permanente e que a indústria e o comércio, pela "liquidação forçada do capital empregado" ensejavam "uma verdadeira Revolução Social, sem que os poderes do Estado tenham dispensado a necessária atenção a semelhante fenómeno".

Vendo o câmbio subir e as exportações manterem-se sempre superiores às importações, os políticos de então fizeram *tabula rasa* do cassandrismo de Milet que por sua vez não lhes perdoava a subordinação ao que irônicamente chamou de "livros de Além-Mar", referindo-se às teorias econômicas européias da época.

Para Milet, contemporâneo do movimento Quebra-quilos, este era filho legítimo dos sofrimentos e do mal estar provocado pela destruição do capital — então chamado de "flutuante" — da lavoura e do comércio. O otimismo da época, contra o qual Milet investe, fora abalado pelas agitações surgidas em cinco províncias do Império; como testemunha do que estava acontecendo no Nordeste, não perdeu Milet a oportunidade de também anatemizar a centralização econômica na qual o governo surgia naturalmente como senhor absoluto do crédito e regulador todo poderoso da circulação monetária.

As soluções emergenciais do governo para desbordar seus apertos econômicos nem sempre foram muito felizes. O Tesouro fazia empréstimos aos bancos, emitindo bilhetes, que eram simplesmente certificados de depósito com juros, desviando-se assim, teoricamente, os recursos que poderiam servir às atividades comerciais e industriais. A crise já fazia parte da história econômica e financeira do país, não obstante os esforços, os pronunciamentos e os discursos oficiais, alienados uns, ufanistas outros. Mais papel moeda ou novos empréstimos constituíram a angústia prometeica do Conselho de Estado para tirar o Império da bancarrota.

Para Milet a crise começara em 1872 e a perturbação da "officina social" não se limitava aos produtores. Por ocasião do Quebra-Quilos consumiam seu próprio capital ou viviam à custa de empréstimos. Gastos limitados ao indispensável e redução do braço livre impunham-se a quase todos os produtores, com suas inevitáveis projeções sociais, porém eram sobretudo os pequenos engenhos, aqueles que eram obrigados

a recorrer a "alugados" para os trabalhos de roçagem, plantação e limpa, corte e transporte do açúcar, os que sofriam, mais agudamente, os efeitos da recessão.

Embora houvesse na época engenhos capazes de produzir de 5000 a 6000 pães de açúcar (375.000 a 450.000 quilos) em cada safra, a grande maioria não passava de 1000 e levando-se em conta que em Pernambuco havia perto de 2000 engenhos, a média seria aproximadamente de 600 pães por engenho. São extremamente preciosos os dados fornecidos por Milet relativos ao custo agrícola da matéria prima que ia ser transformada nas unidades autônomas de produção:

Primeira limpa	\$500
Segunda limpa	\$400
Terceira limpa	\$400
Semente (a 5\$000 por carro)	\$500
Corte e amarração	\$660
Transporte para o engenho	\$668
Total	4\$328

Como o lavrador ou plantador tinha a meação do produto industrializado, o custo deveria portanto ser calculado em dobro, isto é 8\$656. Um senhor de engenho na época gastava aproximadamente 1\$000 para transformar a cana, que lhe fora entregue, em um pãc de açúcar. Operando um engenho de 5 horas da manhã às 10 da noite obtinha, normalmente, 12 pães. O preço do açúcar portanto, seria mais ou menos compensador se o produto fosse vendido a 2\$200 a arroba. Observando-se os preços de então vê-se que, de 1872 em diante, as cotações baixaram, sucessivamente, de 2\$200 para 2\$000, 1\$800, 1\$600, chegando mesmo a 1\$500

Se bem que essas considerações sejam de um economista dos fins do século passado, com as possíveis deformações de sua ótica especial de cavalheiro das imperiais Ordem de Christo e da Rosa, como se auto-identifica Sergio Augusto Henrique Milet, não se distanciam muito de um enfoque contemporâneo.

A crise porém não se limita à zona acucareira. Terminada a guerra do Paraguai, o algodão, em cuja área de plantio desenvolveu-se particularmente o movimento Quebra-Quilos, também é um produto ameaçado. Os cálculos de Milet consideram impraticáveis lucros com esse produto estando os preços abaixo de 8\$000 a arroba. O algodão conservou-se entretanto, sempre cotado a 7\$000.

A herança secular da miséria do interior do Nordeste fora agravada, na década de 1870-1880, pelo fisco imperial que continuou a tributar o algodão e o açúcar com os mesmos impostos da época em que aqueles produtos podiam ser vendidos a 3\$^00 e a 12\$000. Milet, diante de tal quadro, para o qual aliás não via solução a curto prazo, disse espirituosamente que, enquanto o povo miúdo levantava-se em sedições, a classe média desesperadamente pedia a Deus uma boa guerra que fizesse outra vez baixar o câmbio.

Estabelecendo um paralelo entre as reivindicações das classes inferiores de uma sociedade industrial como a inglesa, que vivia nessa época o apogeu de sua revolução industrial, e a nossa, mesmo com a "lepra da escravidão", assinalou Milet

que se os preços dos produtos ingleses, por qualquer circunstância, se tornassem inferiores ao custo de produção, "nem o governo, nem a própria constituição social perdurariam por espaço de 24 horas". A ênfática afirmativa revela sua profunda convicção de que o Quebra-Quilos não podia ser tido somente como um pronunciamento político ou como um protesto religioso.

Não foi somente o regime servil que limitou as potencialidades das reivindicações do campesinato nordestino dos fins do século XIX. Os trabalhadores livres tinham um mínimo de subsistência na caça, na eventual pesca e numa pequena atividade agrícola ao redor de casa, que reunidas, os mantinham desgraçadamente vivos. Essa possibilidade de sobrevivência, malgrado o ônus físico e cultural dela decorrente, era sempre um desbordamento histórico da dilemática em que se inseriram as classes inferiores do passado: lutar ou perecer. A adaptação, as formas miméticas de convivência e existência, estimuladoras da estática social do Império, diminuíram o impacto quebra-quilos. Até que ponto poder-se-ia considerar a fase mais aguda do movimento como uma tentativa de reforma social? O próprio Milet, alarmado, julgou-se diante dos "prodromos de uma revolução social" pois outro nome não via para "se dar a substituição de uma classe da sociedade por outra na posse dos instrumentos de trabalho, e à destruição em poucos anos de grande parte do capital acumulado pelas gerações que nos precederam" 5.

A crise, entretanto, não era um processo agudo. É um mal crônico, exacerbado temporariamente pelos níveis comprometedores de estabilidade social. Se o engenheiro francês, tão bem estudado por Vamireh Chacon 6, pecou ao medir o potencial de mudança de sua época, não lhe escapou o aparecimento de uma burguesia urbana, inovadora e progressista que se imporia no século seguinte. E daí sua advertência de que sem os enérgicos remédios que a conjuntura exigia para a preservação da ordem econômica vigente se presenciaria a destruição dos agricultores e comerciantes substituídos pelos capitalistas e usurários na posse de seus instrumentos de trabalho. Sua advertência a políticos de prestígio na época, a quem se refere com indisfarçada antipatia, pluralizando-os como Itaborahys, Ferrazes e Torres-Homens e chamando-os amargamente de "senhores dos nossos destinos", de que não deveriam perder um só instante para salvarem-se e manterem a ordem social é bem um paralelo histórico do "caveant consules".

A crise algodoeira nordestina relaciona-se diretamente com o crescimento das plantações de algodão nos Estados Unidos. Consultando-se os níveis de exportação da época vê-se uma curva descendente até o momento em que, eclodindo a Guerra da Secessão, fecham-se os portos americanos e a produção sofre o impacto das operações militares e a subsequente emancipação dos escravos. Desaparecendo do mercado internacional o algodão americano, produzido nos estados escravocratas do sul, que constituía aliás 70% das importações européias, as ofertas ao mercado brasileiro multiplicaram-se espantosamente e os preços chegaram ao quádruplo dos obtidos antes do conflito norte-americano. Na safra 1858 - 1859 havíamos produzido 83.000 arrobas; após a safra de 1866 - 1867 somente o porto do Recife embarcou 1.096.000 arrobas de algodão, rivalizando essa exportação com a do açúcar, principal produto tropical primário do Nordeste.

Terminada a Guerra da Secessão recuperou-se a produção algodoeira americana. Baixaram os preços, diminuíram as ofertas e os nossos agricultores do sertão nordestino viram-se nas mesmas circunstâncias anteriores, isto é, na impossibilidade de competirem com os plantadores do Mississipi. Paralelamente à mecânica simples da oferta e da procura do algodão no mercado internacional, fora atingido o Brasil no seu câmbio pelas elevadas despesas feitas com navios e material bélico, comprados no Exterior, para a continuação da guerra do Paraguai.

Posteriormente o câmbio restaurou-se lentamente com o café, exportado em

escala crescente, porém o algodão, com pequenas variações, permaneceu como uma atividade agrícola pouco rendosa, sobretudo quando se tratava de uma fonte de produção distante mais de 200 ou 300 quilômetros dos portos por onde saía para o estrangeiro.

O preço do açúcar refletia os progressos da cultura da beterraba, iniciada na Europa na década de 1850-1860, e também o aperfeiçoamento de sua produção a partir dos canais nas Antilhas, Ilhas Maurício e Java que desenvolveram técnicas industriais de rendimento bem superior aos nossos rotineiros processos de vaporização e cozimento. De 1861 a 1864 os preços internacionais não são compensadores para produtores com baixa tecnologia e o resultado aparece nas dívidas contraídas no comércio da época. Ao se iniciar a Guerra do Paraguai, plantadores de cana e fabricantes de açúcar já eram devedores crônicos.

Nos fins do século já estão em segundo plano, apreensivos com a concorrência nos mercados externos de produtos tropicais primários oriundos de outras regiões. Politicamente é visível seu enfraquecimento. Já Milet intuiu, com absoluta consciência de classe, que os senhores de engenho estavam diante de uma crise de difícil solução. E daí ter seu livro a pretensão de "abrir os olhos dos agricultores acerca dos seus verdadeiros interesses e convence-los de que tem que esperar do governo cousas mais importantes que não postos da Guarda Nacional, condecorações ou nomeações policiais".

Sobretudo no Nordeste, e particularmente em Pernambuco, onde a burguesia semi-urbana das cidades do interior deu fisionomia própria a uma região inteira, esse fenômeno se fez sentir. Continuará entretanto essa classe a ter sua parcela de importância gravitando em torno do trono, que nem sempre lhe garantirá medidas favoráveis à solução das crises econômicas que lhe atingem diretamente. O desenvolvimento da lavoura cafeeira no sul, cada vez mais acelerará o seu processo de desorganização.

A partir de 1870 os proprietários já não podiam pagar os salários tradicionais aos trabalhadores do campo. Tal circunstância determinou intensa oferta de trabalho braçal e suas consequências: o desemprego e a redução dos salários.

Milet não esconde sua posição ante os quebra-queijos e diz que o governo "como era de sua mais estrita obrigação recorreu ao emprego da força para restabelecer a ordem, e o prestígio das autoridades" e, com exagerado otimismo, diz que "graças ao telégrafo elétrico, aos vapores e locomotivas, as medidas de repressão foram tão prontas como eficazes", o que nem sempre corresponde à documentação da época. Preocupou-o — e aí está o seu grande mérito — a etiologia do movimento. Porque o nosso homem do campo, cerimonioso e respeitador, em virtude dos condicionamentos a que foi submetido secularmente, levantou-se sem motivos concretos, objetivos, ao aceno de agitadores sem prestígio social? A indagação formulada por Milet, com palavras e ótica próprias de sua condição e de sua época, ainda hoje se impõe quando, modernamente, com enfoques e posicionamentos diferentes, pretende-se estudar as origens diretas e indiretas desse processo conflitual. A pesquisa documental e a metodologia científica permitem hoje uma análise crítica dos acontecimentos de 1874/1875 que, evidentemente, nem Milet, nem seus contemporâneos tinham condições de fazer, porém não há negar que nenhuma análise da economia nordestina nos fins do século XIX teve paralelo com a sua obra.

Analisada um século depois, a história do Império oferece, em sua evolução, uma perspectiva global que não pode desprezar as idéias de Milet. As instituições imperiais representavam, já na sua época, um passado incompatível com a economia do país; consequentemente, ou sofreriam profunda e radical transformação ou fatalmente se encaminhariam ao processo de auto-destruição. A abolição da escravidão e a República são os parâmetros mais fáceis para a constatação do processo.

O grande elogio que se poderia fazer ao reinado de Pedro II é o de sua longa duração. Com o crepúsculo do ciclo revolucionário platino e o término da Revolução Praieira foi imposta ao país uma maquinária parlamentar que permitiu a reforma centralizadora e a anestesia política traduzida pela famosa conciliação de 1853, orientada por Paranáguá.

Nas suas tendências absorventes, o Império operou lentamente uma profunda transformação na classe rural detentora de latifúndios, cuja tradição de prepotência e autonomia vinha desde os primeiros tempos do período colonial. A estabilidade do governo de Pedro II sempre fora ilusória, embora permanentemente apresentada como justificativa para continuidade do regime e do sistema contra os princípios republicanos. Os presidentes de província são nomeados pela Corte e os gabinetes ministeriais se revezam sob a vigilância imperial, enquanto uma grande parte de nossa população, escravos e homens livres de baixa renda, na agricultura, que praticamente sustenta a economia nacional, estão marginalizados de todo o processo político. Os motins, as revoltas, as sedições e as revoluções do século XIX, no Brasil, desenvolveram-se quase sempre ao largo desses deserdados da fortuna. As exceções são poucas.

Embora sejam visíveis nas agitações de 1874 e 1875 constantes e desesperadas reivindicações como a queima dos cartórios, que pareciam aos sediciosos depósitos dos grilhões que os prendiam às malhas dos poderes, sugerindo uma certa unidade, a perspectiva global que se tem do movimento é assimétrica e divergente. Se numa cidade escravos lutam por uma vaga liberdade, noutras o pequeno agricultor rebela-se na feira contra o novo sistema de pesos e medidas. Em 1874 há recusas sistemáticas de pagamento de impostos; em 1875 reage-se contra o alistamento militar. O que se nota, sobretudo estruturalmente, é que a estabilidade social já atingia níveis comprometedores.

O movimento englobou uma complexa gama de motivações; seus ideais, embora tenham a tônica comum de todas as reivindicações sociais das classes inferiores no passado, refletem agudamente pronunciamentos políticos frustrados, impotentes protestos religiosos e uma amarga e desordenada revolta social. No seu conjunto os assimétricos episódios dos quebra-quilos constituem uma revolução social refletindo uma crise de estrutura e de produção.

Diversas causas poderiam ser apresentadas como justificativas do excesso das cargas fiscais. Inicialmente convém considerar que se trata da tributação em um país de independência recente. Se por um lado isso significa a necessidade de se instituir e manter uma máquina administrativa e serviços onerosos a partir de uma nova realidade política, por outro, significa também, a continuidade de uma velha fórmula a que estavam habituados os brancos colonizadores dos antigos tempos da Metrópole e da Colônia. Não eram descendentes de portugueses, cobradores por excelência de pesados tributos, os que faziam e formavam o novo governo?

Em 1881, Milet publicaria outro livro, hoje catalogado como obra rara na Biblioteca Nacional 7. Estava terminada a revolta dos quebra-quilos, ainda presos alguns dos seus participantes, porém a crise continuava. Dizia Milet, analisando os acontecimentos econômicos de 1881 que "como em 1876 e 1878, para a mesma maioria de nossos senhores de engenho, os preços que seus generos obtem nos grandes mercados consumidores, calculados ao câmbio de 27 dinheiros, não pagavam os gastos da produção e se eles tem realizado de 1877 para cá lucros, que os levaram a aumentar suas plantações e levantar novos engenhos, se as duas últimas safras manifestaram instável acréscimo na produção do açúcar, este resultado é devido unicamente ao suplemento de braços que lhes trouxe o flagello da seca e antes de tudo ao estado do câmbio, que oscilando entre 19 e 23 lhes tem proporcionado um lucro adicional de 15 e até 30%".

A crise transformara-se em um mal crônico e para debelá-lo o Presidente da Pro-

víncia, Henrique Pereira de Lucena, empenhara-se em fomentar a cultura do cafeeiro e no começo do século o município de Bonito já produzia o suficiente para exportar para o Recife. Porém a crise financeira continuaria atravessando os orçamentos imperiais e o café enfrentou sérios problemas. Desde 1874 o preço do café começara a cair de sua alta média de 6\$304 réis por saca, mantido de 1870 a 1875, para 3\$247 réis. O aumento de produção compensou de certa forma a redução do preço, malgrado a depreciação cambial. A moeda fora reduzida de 18\$554 réis a 16\$951 "per capita" em virtude da grande quantidade de papel moeda então posto em circulação. Não se deverá entretanto esquecer as dificilmente quantificáveis remessas para o exterior, fator permanentemente desfavorável à balança de pagamentos, como muito bem lembra Willeman⁸. A partir de 1879 a queda no câmbio será acelerada e a despesa mostrará sempre um largo excesso sobre a renda. A gravidade da situação do Tesouro nesse período era de tal ordem que José Honório Rodrigues⁹ não hesitou em afirmar enfaticamente: "todas as dificuldades do Império tinham origem na situação financeira do País".

Que posteriormente ao Quebra-Quilos não se seguiram melhores dias, revelam também as atas das conferências de 30 de março e 10 de abril de 1878 do Conselho de Estado. O "deficit" no segundo semestre de 1878 era estimado em 24.956:275\$351. Porém o próprio Ministro da Fazenda declarara que havia uma dívida flutuante, em bilhetes do Tesouro, que perfazia 46.016:600\$000, elevando-se assim o "deficit" a 70.972:875\$371. A lição de que um grande aumento de impostos em época de crise era suicídio político fora aprendida pelo governo. Daí dizer Abaeté que "novos impostos seriam, além de uma calamidade, de tardio efeito" e propor, como único meio para tirar as finanças imperiais da crise, uma emissão de papel moeda restrita ao **quantum** absolutamente indispensável para satisfazer os compromissos do Estado, acompanhada da garantia de resgate certo e regular. O Visconde de Bom Retiro foi bem claro no Conselho: "O Governo tem de satisfazer, por honra do Império, sérios e transcendentes compromissos; vê-se, ao mesmo tempo, a braços com enorme dívida flutuante e com a deficiência e notável diminuição da receita. Está provado que não tem como desempenhar-se pelos meios ordinários, e todos concordam que a renda não pode ser aumentada no estado crítico de nossa lavoura e de outras classes sociais, pela criação de novos impostos ou elevação dos atuais, na larga, demorada e odioso escala em que fora mister faze-lo".